

Congresso terá semana decisiva para FH

109

Agenda inclui propostas de aumento salarial do Executivo, Legislativo e Judiciário e de anistia ao senador Humberto Lucena; novo mínimo de R\$ 100 também está na pauta das votações

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA — Depois da negociação complicada com o Senado, que obstruiu os projetos de interesse do Executivo como resposta à cassação do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), o governo Fernando Henrique Cardoso enfrenta, agora, uma semana de grandes batalhas na Câmara. Está nas mãos dos deputados uma agenda que inclui desde o salário do presidente da República e seu vice, à pensão vitalícia para ex-presidente, passando pelo aumento do salário-mínimo. A pauta de votações não deixará de fora o polêmico projeto de anistia aos condenados pela lei eleitoral em 1994, onde se inclui Lucena, ponto de partida da confusão entre governo e senadores.

Envolvidos com a disputa pelo comando do Legislativo, os líderes da Câmara ainda não se mobilizaram para fechar um acordo em torno de todas essas propostas. A última semana foi marcada por reuniões com o objetivo de construir o entendimento em torno da candidatura do pefelista Luís Eduardo Magalhães (BA) para o comando da Câmara. Até o presidente Fernando Henrique entrou em campo, pedindo aos tucanos que trabalhassem para demover o PMDB da idéia de lançar candidato próprio contra o PFL.

Este acerto para a direção da Câmara pode sair amanhã, quando está previsto encontro entre as cúpulas do PMDB e PFL. Na mesa, a proposta do PFL é oferecer a vice-secretaria ou a primeira-secretaria ao

PMDB e, de quebra, o compromisso de apoiar um peemedebista para a sucessão de Magalhães. Talvez, então, sobre mais tempo para investir, de fato, no esforço concentrado de terça à quinta-feira. Mesmo assim, os aliados do governo estão cautelosos quanto ao sucesso desta mobilização. "Janeiro é um mês de transição em que não são esperadas grandes decisões", admitiu o senador Elcio Álvares (PFL-ES), que, cotado para a liderança do governo no Senado, acompanha atento a movimentação de deputados e senadores.

O projeto que aumenta a remuneração do alto escalão do Executivo, Legislativo e Judiciário já está defini-

do. O salário do presidente Fernando Henrique subirá dos atuais R\$ 3,4 mil para R\$ 9 mil; os salários do vice Marco Maciel e dos ministros saltarão de R\$ 3,138 mil para R\$ 8,5 mil. Deputados e ministros de tribunais ficarão com R\$

8 mil. O projeto está na pauta de terça-feira, mas será difícil votá-lo. O PT do incansável deputado Paulo Paim (RS) promete juntar-se ao PDT, PC do B e PPS para obstruir a pauta até o novo mínimo de R\$ 100, não aceito pelo governo, ser votado.

No Senado, a pauta da semana também é grande. Estão ali o projeto que fixa em 60% da arrecadação as despesas com o funcionalismo público federal e o que regulamenta a concessão de serviços públicos. O Senado condiciona sua apreciação à votação, pela Câmara, do substitutivo do deputado Prisco Viana (PPR-BA) ao projeto de anistia de parlamentares.

**ACORDO DE
LUÍS EDUARDO
DEVE SER
FECHADO**